

publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de junho de 2009 e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, delego e subdelego as competências a seguir indicadas, a serem exercidas no pleno respeito das regras legais, das regras da Universidade de Coimbra (UC) e das regras da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC).

No Professor Doutor Paulo Eduardo Aragão Aleixo e Neves de Oliveira, subdiretor da FCTUC, a competência para:

1 — Assinar os acordos relativos aos estágios/projetos/teses curriculares com entidades externas à Faculdade de Ciências e Tecnologia.

2 — Exercer as competências reitorais para a atribuição de bolsas de estágio curricular previstas no Regulamento de Bolsas Diversas da Universidade de Coimbra, no âmbito de atividades da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

3 — Aprovar júris de mestrado nos termos do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de junho.

No Professor Doutor Bruno Miguel Quelhas de Sacadura Cabral Trindade, subdiretor da FCTUC, a competência para:

1 — Exercer, no âmbito da Faculdade de Ciências e Tecnologia, as competências reitorais previstas nos Regulamentos de Bolsas da Universidade de Coimbra, com a exceção das bolsas de estágio curricular.

2 — Autorizar os seguros de pessoas que, ao abrigo de acordos de cooperação internacional, se desloquem a Portugal, enquanto estiverem em território nacional e os referidos acordos obriguem a parte portuguesa a esta formalidade.

3 — Autorizar a admissão de candidatos a provas de doutoramento e validar os respetivos júris.

4 — Homologar as listas de seriação relativas a ingressos nos cursos de terceiro ciclo e dos cursos em associação da FCTUC.

No Prof. Doutor João Sérgio Seixas de Melo, subdiretor da FCTUC, a competência para homologar as listas de seriação relativas a ingressos nos cursos da FCTUC, com a exceção dos terceiros ciclos e cursos em associação.

Na Dr.ª Maria da Conceição Pereira Girão, Coordenadora Adjunta da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a competência para:

1 — Autorizar a prática das modalidades de horário previstas no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho e nos regulamentos da Universidade de Coimbra sobre esta matéria, havendo acordo dos responsáveis pelos trabalhadores em causa.

2 — Autorizar o estatuto de trabalhador-estudante, nos termos dos artigos 52.º a 58.º do RCTFP e dos artigos 87.º a 96.º do Regulamento do RCTFP;

3 — Decidir sobre todos os assuntos relativos a férias, faltas e licenças de pessoal não docente, nos termos do RCTFP, incluindo aprovar justificações de faltas, bem como autorizar o abono do vencimento de exercício perdido, nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, havendo acordo dos responsáveis pelos trabalhadores em causa;

4 — Autorizar o abate de bens móveis com valor contabilístico zero.

A presente delegação extingue-se por caducidade com a mudança dos titulares dos órgãos para o qual os (sub) delegados foram eleitos.

Consideram-se ratificados os atos que, no âmbito das matérias atrás referidas, hajam sido praticados desde 24 de janeiro de 2012 e a data de publicação do presente despacho.

O presente Despacho revoga o Despacho n.º 12481/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 24 de setembro de 2012.

24 de outubro de 2012. — O Diretor da FCTUC, *Prof. Doutor Luís José Proença de Figueiredo Neves*.

207244432

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Psicologia

Despacho (extrato) n.º 12059/2013

Por despacho de 3 de setembro de 2013 da Diretora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, proferido por delegação de

competências, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo em regime de tempo parcial a 30 %, pelo período de um ano, por conveniência urgente de serviço, entre esta Faculdade e a Doutora Constança Maria Sacadura Biscaia da Silva Pinto, como Professora Associada Convidada, com efeitos a 13 de setembro de 2013. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de setembro de 2013. — A Diretora, *Prof.ª Doutora Luísa Barros*.
207247179

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Aviso (extrato) n.º 11732/2013

Por despacho de 07/08/2013 do Sr. Reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Celebrada adenda de alteração à 1.ª cláusula contratual, do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, entre esta Faculdade e a Mestre Maria Lucinda dos Santos de Matos Fernandes. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de setembro de 2013. — O Administrador, *Dr. Luís Filipe Gaspar*.
207247998

Aviso (extrato) n.º 11733/2013

Por despacho de 09/08/2013 do Sr. Reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor Oleksiy Karlovych — autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em regime de *tenure*, na categoria de Professor Associado, com efeitos a partir de 14/09/2013. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

10 de setembro de 2013. — O Administrador, *Dr. Luís Filipe Gaspar*.
207248175

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Declaração de retificação n.º 1006/2013

Tendo-se verificado que a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 5 de setembro de 2013, do edital n.º 870/2013, relativo ao concurso para recrutamento de um professor catedrático para a área disciplinar de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, saiu com inexactidão no que respeita aos n.ºs 6, «Critérios de seleção e avaliação», e 6.1, «Critérios de aprovação em mérito absoluto», procede-se à respetiva retificação nos termos a seguir indicados.

Assim, onde se lê:

«6 — Critérios de seleção e avaliação:

6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, na área disciplinar de Engenharia Mecânica e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso, em particular no domínio específico de Fluidos e Calor.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções (um voto deverá ser favorável sempre que o membro do júri tenha atribuído uma pontuação igual ou superior a 50, nos termos dos pontos 3 a 5 do presente capítulo).»

deve ler-se:

«6 — Critérios de seleção e avaliação:

Nos vários itens elencados no presente capítulo deverão relevar os aspetos curriculares na área de Engenharia Mecânica, em particular no domínio específico de Fluidos e Calor.

6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, na área disciplinar de Engenharia Mecânica ou outra considerada adequada e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções (um voto deverá ser favorável sempre que o membro do júri tenha atribuído uma pontuação igual ou superior a 50, nos termos dos n.ºs 6.3 a 6.5).»

11 de setembro de 2013. — A Vice-Reitora, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

207247802

Declaração de retificação n.º 1007/2013

Tendo-se verificado que a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 5 de setembro de 2013, do edital n.º 868/2013, relativo ao concurso para recrutamento de dois professores catedráticos para a área disciplinar de Engenharia e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, saiu com inexactidão no que respeita aos n.ºs 6, «Critérios de seleção e avaliação», e 6.1, «Critérios de aprovação em mérito absoluto», se procede à respetiva retificação nos termos a seguir indicados.

Assim, onde se lê:

«6 — Critérios de seleção e avaliação:

6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, na área disciplinar de Engenharia e Gestão Industrial e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções (um voto deverá ser favorável sempre que o membro do júri tenha atribuído uma pontuação igual ou superior a 50, nos termos dos pontos 3 a 4 do presente capítulo).»

deve ler-se:

«6 — Critérios de seleção e avaliação:

Nos vários itens elencados no presente capítulo deverão relevar os aspetos curriculares na área de Engenharia e Gestão Industrial.

6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, na área disciplinar de Engenharia e Gestão Industrial ou outra considerada adequada e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções (um voto deverá ser favorável sempre que o membro do júri tenha atribuído uma pontuação igual ou superior a 50, nos termos dos n.ºs 6.3 a 6.4).»

11 de setembro de 2013. — A Vice-Reitora, *Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

207247632

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**Despacho n.º 12060/2013**

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento das Provas Especialmente Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência da Universidade do Porto, por Candidatos Maiores de 23 Anos, é aprovado o Regulamento das Provas Especialmente Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, por Candidatos Maiores de 23 Anos, em anexo.

19 de abril de 2012. — O Diretor, *Prof. Doutor José Alberto Correia*.

Regulamento das Provas especialmente Destinadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto por Candidatos Maiores de 23 Anos.**Artigo 1.º****Objeto e âmbito**

O presente regulamento visa dar cumprimento ao disposto no Decreto n.º 64/2006, de 21 de março e ao Regulamento das Provas Especialmente Destinadas a Avaliar a Capacidade para a frequência da Universidade do Porto por Candidatos Maiores de 23 anos, aprovado em 19 de março de 2010 pelo Reitor da Universidade do Porto, publicado no sistema de informação da Universidade do Porto (SI), e contém normas aplicáveis à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCEUP).

Artigo 2.º**Prazos e regras de inscrição**

1 — O prazo de inscrição para as provas decorrerá no período definido em calendário a fixar anualmente pelo reitor.

2 — A inscrição deverá ser apresentada nos Serviços Académicos da FPCEUP.

3 — O processo de inscrição é instruído com os seguintes documentos:

- a) Requerimento de inscrição a fornecer pelos Serviços Académicos da FPCE e disponível no sítio www.fpce.up.pt;
- b) *Curriculum vitae* do candidato;
- c) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato não é titular de habilitação de acesso ao ensino superior;
- d) Fotocópia simples do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
- e) Outros documentos considerados relevantes pelo júri, a indicar, anualmente, pelo respetivo júri.

4 — A inscrição nas provas está sujeita ao pagamento da taxa a fixar anualmente pelo Reitor.

Artigo 3.º**Componentes de Avaliação da capacidade**

A avaliação da capacidade dos candidatos para a frequência de cursos de primeiro ciclo de estudos da FPCE integra as seguintes componentes, realizadas pela seguinte ordem:

- a) Uma prova escrita com o objetivo de avaliar competências gerais de compreensão e expressão escritas e de elaboração de um raciocínio pessoal, organizado, rigoroso, complexo, criativo e crítico, demonstrativos de capacidade autónoma para a aprendizagem de nível universitário;
- b) Apreciação do *curriculum vitae* de cada candidato/a, podendo ser solicitado um portefólio de realizações e produções profissionais, académicas, culturais, cívicas ou outras — desde que possam ser consideradas relevantes para a apreciação da capacitação para a frequência de formação de nível universitário;
- c) Realização de uma entrevista individual, com o objetivo de apreciação das competências — gerais e específicas — dos/as candidatos/as, designadamente das que foram objeto dos documentos apresentados/e. g., portefólio), de modo a permitir o juízo sobre o nível destas aquisições e sua conformidade com os requisitos para estudos de nível universitário. Em segundo lugar, a entrevista destina-se a avaliar as expectativas e motivações dos/as candidatos/as para a frequência de uma formação inicial, na sua dupla vertente de investigação e de capacitação para o respetivo exercício profissional.

Artigo 4.º**Júri de seleção**

1 — O Conselho Científico designa o júri para cada um dos cursos de primeiro ciclo de entre os docentes ou investigadores da FPCEUP.

2 — A cada júri compete a organização e realização do processo de seleção e, em especial, a:

- a) Elaboração e cotação da prova escrita e afixação dos respetivos resultados;
- b) Apreciação do *curriculum vitae* de cada candidato/a;
- c) Realização das entrevistas, bem como a marcação das datas, horas e locais de realização das mesmas, o que deverá ser feito com a antecedência de sete dias úteis;
- d) Elaboração da lista final de graduação.